

MERCOSUL - AMÉRICA LATINA

ANÁLISE E VALORAÇÃO CRÍTICA DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO QUE OCORREM E OCORRERAM NA AMÉRICA DO SUL, EM ESPECIAL O MERCOSUL, COM ASPECTOS JURÍDICOS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.

Marco Fábio Morsello

Juiz de Direito auxiliar da capital-SP

1. INTRODUÇÃO

A multipolarização da economia mundial e a tendência de crescimento dos conflitos separatistas, de origem étnica ou religiosa, são as principais características da dinâmica internacional neste final de século.

Assim, exsurge que a retomada do crescimento da economia mundial, estimulada pelo fortalecimento dos blocos econômicos e, conseqüente competição pelo domínio de mercados no âmbito da globalização macroeconômica, tem, como contraponto, reações xenófobas protecionistas e tendências de pulverização das unidades políticas, mormente no Leste Europeu e na África, onde diferentes etnias buscam formar nações independentes, consubstanciando desafios diuturnos.

A nova ordem mundial teve alteração fundamental, com o desaparecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1991, extinguindo o determinismo da polarização global entre as superpotências (Estados Unidos da América e União Soviética), que desde o Tratado de Yalta, repartiam entre si, influências político-ideológicas da maior parte dos países do mundo, no que vulgarmente se chamou de *Guerra Fria*.

Referida alteração propiciou mudanças nas perspectivas da ordem econômica mundial, dando nascedouro à preponderância do *Diktat* econômico da globalização e às conquistas de novos mercados, como obtempera Heilbroner in *A Formação da Sociedade Econômica*, p. 346. Ed. Zahar. Para a eficaz operacionalização competitiva, os blocos regionais dão nova feição à economia mundial. Assim temos, *e.g.*, a União Européia (ex-Comunidade Européia, que comporta atualmente 15 (quinze) países-membros); o Pólo do Pacífico, formado pelo Japão e pelos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong); o ASEAN, composto por nações do Sudeste Asiático; o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), assinado pelos Estados Unidos, Canadá e México; o Mercosul, integrado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com acordo de associação com o Chile e operacionalização deste com a Bolívia; e o Pacto Andino (formado por Bolívia, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela, frente à retirada do Chile em 1976).

O nascedouro dos blocos regionais coaduna-se com a necessidade de coordenação competitiva, diante da globalização macroeconômica, atendendo, outrossim, à comunhão de interesses, provenientes de cultura semelhante, e de valores básicos compatíveis, promovendo livre circulação de bens, capitais, serviços e trabalhadores, além da liberdade de concorrência, acelerando e multiplicando transações comerciais entre os respectivos membros, em típica zona de livre comércio, propiciando, ainda, a união aduaneira, com política comercial uníssona para o comércio de produtos com origem fora da região.

Tal constatação, no entanto, não se erige a entrave protecionista à ordem econômica mundial, na medida em que o comércio

mundial denota expansão anual pronunciada, e negociações comerciais externas crescentes entre blocos econômicos, como assevera Klaus Driever, in *Außen Politik, und Wirtschaftssituation in Deutschland, Europa und Amerika*, Hamburg, pp. 315-324, em artigo que trata da nova ordem econômica mundial, jungindo-a à política externa germânica.

Tecidas referidas digressões, passaremos a tecer comentários com valoração crítica dos processos de integração na América do Sul.

2. ORIGENS HISTÓRICAS, ANTROPOLÓGICAS, SOCIOLOGICAS, CULTURAIS E ECONÔMICAS

É fato incontroverso que a colonização ibérica, interessada *tout court* nas vantagens propiciadas pelas riquezas do continente (*e.g.* ouro, prata, cana-de-açúcar), instaurou o preceito econômico do *plantation*, subjugando, para tanto, ricas culturas, como *e.g.* o império Inca, com Pizarro.

Assim, o Império Colonial Espanhol impôs sistemas de trabalho forçado, com utilização de mão-de-obra indígena, nas minas peruanas, alcunhando-os vulgarmente de *mita*, sem prejuízo das *encomiendas* e *repartimiento*. Referidas atividades denotavam analogia com as Capitanias Hereditárias e Engenhos, introduzidos em nosso país por Portugal.

O sistema de *plantation* não propiciava a entrada de imigrantes em massa, com suas famílias, razão pela qual, geralmente, a metrópole enviava homens sozinhos à região, ensejando miscigenação com a raça indígena.

Em face da necessidade de obtenção de mão-de-obra suplementar, os escravos negros foram trazidos da África, dando azo a nova miscigenação.

Por derradeiro, com as crises econômicas e problemas de superpopulação na Europa (Itália, Alemanha, Espanha, Portugal, Irlanda), Oriente Médio (Líbano, Síria) e Ásia (China, Japão),

ocorreu movimento de imigração em massa, a partir do século XIX, propiciando formação antropológica de várias nações, dentre as quais desponta a República Argentina, formada por população com preponderância total de origem européia (espanhola e italiana, em sua maioria).

Tais fatores desencadearam particularidades em nosso continente, qual seja, o multiculturalismo, mola propulsora da maior assimilação de valores externos, com vantagem para a integração regional. (Nesse sentido, Sérgio Buarque de Hollanda, *in Raízes do Brasil*, Ed. Zahar, p. 26).

Com o advento dos ideais iluministas e valores da Revolução Francesa, e conseqüente enfraquecimento das metrópoles, o desiderato da independência, sob o conceito tripartite *Liberdade-Igualdade-Fraternidade*, inspirou líderes da envergadura de Simon Bolívar, San Martín, e O'Higgins (este último, no Chile). No Brasil, Dom Pedro I, ciente da irreversibilidade do ideal independentista, antecipou o determinismo histórico.

A partir disto, o Paraguai proclamou sua independência em 1811, a Argentina em 1816, o Chile em 1818, o Brasil em 1822, a Bolívia em 1825 e o Uruguai em 1828.

Conquanto lograssem êxito no ideal de independência, as elites regionais, que *são fator primordial para a integração*, seguindo interesses que visavam manter o *status quo* de dominação, viam nela verdadeira ameaça aos seus domínios, e portanto, preludiam movimentos separatistas e guerras, para a consolidação de fronteiras e países (e.g., dissolução da Grã Colômbia, composta por Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador; Guerra do Pacífico, que envolveu de um lado o Chile e, de outro, a Bolívia e o Peru; formação da República Oriental do Uruguai, após derrota do Brasil em Ituzaingó; Guerra do Paraguai; aquisição pelo Brasil junto a Bolívia, do território do Acre).

No século XX, os militares, no âmbito do fervor nacionalista, com domínio absoluto dos respectivos territórios, contando com o apoio velado dos Estados Unidos da América (à exceção do Governo de Jimmy Carter, que priorizou os direitos humanos),

sob o pretexto de extirpar o germe comunista, alçaram inequívoco entrave à integração regional. Com efeito, como ressalta John Moore, ditaduras militares, cerceadoras de valores democráticos, representam um óbice à integração, pois denotam, sob a ótica dos dominantes, a divisão do poder, com o perigo de inserção de valores externos. (*The Role of Regional Arrangements in the Maintenance of world Order*, Yril, Black and Falk Editors, vol. III, 1971, p. 122 e seg.).

Assim, tínhamos, *e.g.*, nos anos 70 e início dos anos 80, gerais exercendo domínio no Brasil (Médici, Geisel, Figueiredo), Argentina (Videla, Viola, Galtieri, Bignone), Paraguai (Stroessner), Uruguai (Aparício Mendez e Gregório Alvarez), Chile (Pinochet), com valores geopolíticos de estrito alinhamento com Washington e armamentismo acirrador do ânimo nacionalista. Como exemplo, temos o Canal de Beagle, que não fôsse a mediação do Vaticano, teria propiciado guerra entre Chile e Argentina, como leciona Ernesto Palácio, in *História de La Argentina*, Abeledo-Perrot, Buenos Aires, pg. 718-734. A par disto, tivemos a problemática da construção de Itaipú, nas relações bilaterais com a Argentina, levando-a a acelerar projeto de construção de Corpus, a par do projeto nuclear de Yacretá.

Sob a referida ótica, jungida ao amplo domínio econômico dos Estados Unidos da América, os processos de integração regional, naquela época, enfrentavam problemas de correta operacionalização, que acarretaram o insucesso da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), constituída pelo Tratado de Montevideu, em 15 de fevereiro de 1960, e que entrou em vigor em 1961. A sua finalidade era criar uma zona de livre comércio entre seus membros que, a par da América do Sul, incluía o México. Não se logrou qualquer êxito, pelos fatores supramencionados, e pela iniciativa norte-americana de *congelamento* da referida Associação, que ameaçava sua geopolítica econômica, o que propiciou a criação da *Aliança para a Paz e Progresso*, que efetivamente, manteve os EUA como principal parceiro econômico de todos os países integrantes da ALALC, denotando ulterior concausa para a não realização dos escopos programáticos

fixados. Em 1980, esta foi substituída pela *Associação Latino-Americana de Integração* (ALADI), que estipula a criação de áreas econômicas preferenciais, com tarifas reduzidas, sem prazo definido para estabelecer um mercado comum.

Exsurge *oculi* que, a par dos fatores supradescritos, a não fixação de prazos com escopo integrativo, gerou normal acomodação às mudanças, o que, por óbvio, novamente evidenciou a não realização do objetivo programático, o que foi detectado pelo Grupo do Rio em 1990, propondo reestruturação, cujos efeitos não se fizeram sentir, até o presente.

A superveniência da integração do México ao NAFTA, com os EUA e Canadá, formando juntamente com a União Européia, o maior bloco econômico mundial, por óbvio, certamente, imporá a reanálise do escopo desta Associação.

Por derradeiro, a criação do Mercosul, com realização célere de seus objetivos fixados e associação de novos membros, imporá revisão futura dos critérios de utilidade da ALADI.

Atendendo às tendências de integração sub-regional, em 1969, foi criado o Pacto Andino, formado, atualmente, pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, já que o Chile retirou-se do Pacto em 1976. Infere-se que, desde a sua formação, o Pacto não apresenta resultados econômicos importantes, eis que, conquanto tenha havido modesto crescimento no comércio entre países-membros, os Estados Unidos continuam a ser o principal parceiro comercial da maioria de seus signatários.

Referido Pacto, que veda a integração de seus membros em outros Blocos econômicos, sofre desafios diuturnos, ditados pela célere e eficaz formação do Mercosul e celebração de acordo de associação com a Bolívia.

Antevendo de forma pragmática, as vantagens de integração com o Mercosul, principalmente quanto ao fornecimento de gás natural ao Brasil, o Presidente Sánchez de Lozada asseverou, recentemente, perante o Congresso Boliviano, durante a viagem de Chirac, que o Pacto Andino deverá adaptar-se ao crescimento do Mercosul, sob forma interativa.

No mesmo diapasão, o Governo da Venezuela, representado pelo Presidente Rafael Caldera, também expressou o *animus* de integração como membro associado do Mercosul.

Não exsurge, no entanto, que ambos os Blocos denotem antinomia que imponha necessária absorção e aniquilamento. Ao revés, antevendo a expansão do Mercosul, o Pacto Andino, subsistiria como iniciativa sub-regional, não impeditiva da celebração de avença entre os dois Blocos. (Nesse sentido, segue o escólio de Alfonso Grados, in *El Grupo Andino y su plan de Acción, ante Recientes Integraciones - Integración Latino-Americana*, Buenos Aires, 1992, p. 38-49).

3. O MERCOSUL (CRIAÇÃO, DIMENSÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS, SOCIAIS E CULTURAIS).

Atendendo aos critérios norteadores do regionalismo e comunhão de interesses de coordenação macroeconômica, com valores culturais próximos, o Mercosul - Mercado Comum do Sul - surge a partir do Programa de Integração e Cooperação Econômica, assinado pelo Brasil e Argentina, em julho de 1986.

Referidas nações, em analogia com a Alemanha e França, no âmbito da União Européia, constituem a espinha dorsal da integração, em razão de sua projeção político-econômica inequívoca. Com fulcro no convencimento de que a coordenação macroeconômica é benéfica para ambos os países, exurgindo mitigação da preponderância de ideais nacionalistas, caracterizada pela coincidência de valores democráticos, após a queda dos regimes militares, os fatores favoráveis à integração derrubaram reticências e entraves históricos, escudados em rivalidade enfraquecedora do poder de negociação, no concerto das nações mundiais, dando origem à cooperação estrita. A partir disto, inspirando-se em experiências prévias, realizadas com êxito na Europa, criou-se oficialmente o Mercosul, em março de 1991, tendo como integrantes a República Federativa do Brasil,

República Argentina, República Oriental do Uruguai e a República do Paraguai. A meta original estribou-se na criação de zona de livre comércio, findando com as fronteiras econômicas e estabelecendo *tarifa zero* entre os países-membros, desde o início de 1995. Em suma, infere-se que o Mercosul, a exemplo da União Européia, tem por escopo o estabelecimento de cinco liberdades, a saber: 1) livre circulação de mercadorias; 2) liberdade de estabelecimento; 3) livre circulação de trabalhadores; 4) livre circulação de capitais; 5) liberdade de concorrência.

No âmbito das experiências históricas de nosso continente, adrede relatadas, e, em face do célere cumprimento das metas fixadas, é reconhecido pela grande maioria das nações e blocos alienígenas, a saber: União Européia, Países Asiáticos, Pólo do Pacífico, APEC, como bloco econômico irreversível. Propicia, ademais, efetiva consolidação de valores democráticos, tendo o condão de favorecer coordenação entre Estados-Membros para a imediata expulsão daqueles que, por meio de golpes ilegítimos, repudiam valores democráticos. Tal aspecto, aliás, foi primordial para elidir a consecução do golpe militar preparado recentemente no Paraguai, pelo General Lino Oviedo, frente ao Presidente Wasmosy. Com efeito, não fosse a intervenção do Mercosul, com cominações de retirada do Paraguai do Bloco, provavelmente, o histórico daquela honrosa nação, teria destino diverso.

Em termos macroeconômicos, o Mercosul denota Produto Interno Bruto da ordem de 1 trilhão de dólares (65,7% - Brasil; 31,5% - Argentina e 2,8% - Paraguai e Uruguai, juntos), abarcando comunidade de 200 milhões de habitantes. Foram fixadas tarifas externas comuns (TEC), com alíquotas variáveis no *iter* de 0 a 20%. Foram elaboradas, inicialmente, exceções para vários produtos (300 para Brasil e Argentina e 399 para os demais, com prazo de adaptação até o ano 2001). Definiu-se, ademais, que para o produto ser considerado local e isento de tarifas alfandegárias entre seus membros, deverá ter, no mínimo, 60% de seus insumos produzidos localmente.

Desde o advento do Mercosul, o comércio exterior entre seus membros denotou crescimento superior a 15% ao ano,

propiciando que a corrente de comércio entre Brasil e Argentina superasse 14 bilhões de dólares anuais, em 1996, enquanto que cinco anos antes, não atingia sequer a metade de referido patamar. Cabe ainda revelar que, ao contrário do que possam pensar os críticos, não há que se falar em protecionismo nocivo, na medida em que, no período supra-referido, o comércio exterior dos países integrantes do Bloco também denotou crescimento acelerado com países não participantes.

Constata-se, ademais, que sem descurar do comércio mundial, com constante crescimento e investimentos externos, o Mercosul deu gênese ao rompimento de um determinismo histórico, a saber: os Estados Unidos da América, conquanto consubstanciem parceiro comercial importante, já não são o principal, em relação ao Uruguai e Paraguai, na medida em que ocupam o 3º lugar, após o Brasil e Argentina. Junto à Argentina, ocupam o 2º lugar, após o Brasil. E para o Brasil, conquanto ainda ocupem o primeiro lugar, a Argentina já é o segundo parceiro mais importante, tendo sido eleita meta prioritária de nossa política externa.

Atento à necessidade de célere preparação para a competição feroz propiciada pela globalização, o Mercosul celebrou importantíssimo acordo de associação com o Chile, considerado o Tigre da América do Sul, em virtude das taxas anuais de crescimento superiores a 6%, há mais de uma década. Tal acordo, abriu as portas do Pacífico e facilitará a celebração de acordos com os países asiáticos, que, juntamente com o Chile, compõem a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico). Frente à lentidão do denominado *fast-track* proposto pelo Poder Executivo dos USA, para a integração do Chile ao NAFTA, com fulcro em resistências do Congresso Norte-Americano, a utilidade do acordo entabulado com o Mercosul foi robustecida. Os acordos de associação com a Bolívia, nosso fornecedor estratégico de gás-natural, a par de se destacar como grande produtor de estanho, denotam constante preocupação e necessidade de reforçar o Bloco para o grande desafio competitivo do século XXI. A manifestação recente do *animus* de associação por parte da Venezuela, como expressou o Presidente Rafael Caldera, deverá ser implementada,

celeremente, no que dependerá da habilidade dos membros do Mercosul, a fim de elidir tentações fixadas pelos EUA, para a criação de uma zona de livre comércio nas Américas, previamente. A participação ulterior da Colômbia, Equador e Peru, com a integração com o Pacto Andino, se afigura imprescindível para as práticas competitivas que enfrentaremos. Para o Brasil, a integração do Peru tem especial relevância, uma vez que o Porto de Callao, situado no Oceano Pacífico, poderia escoar para países asiáticos produtos agrícolas e agropecuários da região Centro Oeste e Norte, com redução sensível de preço (custos de frete), fato primordial, em face dos ditames competitivos da nova ordem mundial.

Tais premissas, no entanto, ao invés de propiciarem acomodação otimista, imporão práticas dinâmicas e realistas, visando superar os anteparos que já se vislumbram.

Com efeito, os Estados Unidos da América, superpotência mundial, visando à consolidação de sua liderança, não desejam que o Mercosul expanda-se e erija-se ao *status* de interlocutor da América do Sul, como bloco monolítico, utilizando, para tanto, tentadoras ofertas de funcionamento de uma Associação de Livre Comércio para as Américas, com negociações sem intromissões de Blocos, o que, por óbvio, permitiria maior prevalência de seus interesses.

Cremos que a integração com os EUA, maior mercado do mundo, é aceitável e útil, no âmbito da globalização; no entanto, tratando-se de país com Produto Interno Bruto de US\$ 6,5 trilhões e comércio exterior anual com corrente superior a US\$ 1 trilhão, é curial que a negociação deverá pressupor a rápida consolidação dos preceitos de coordenação dos membros do Mercosul e Associados, sob risco de pulverização da iniciativa regional, nos moldes da Aliança para a Paz e Progresso, que como anteriormente declaramos, ajudou a neutralizar a antiga ALALC, nos anos 60. A par disto, sem a formação de bloco monolítico, há o risco de nos tornarmos fornecedores de *commodities* e produtos, cuja produção se afigure inútil para os EUA, e

consumidores de alta tecnologia, com dependência pronunciada junto àquele país.

A formação do Bloco já referido, com celebração de acordo com os EUA, em uma segunda fase, a partir do ano de 2010, propiciaria a consolidação de investimentos externos por parte de empresas transnacionais que, atraídas pela mão-de-obra mais barata e mercado consumidor promissor, permitiria integração no processo globalizado de produtos tecnológicos avançados, a exemplo do que ocorre no Sudeste Asiático. Outrossim, propiciaria equilíbrio geopolítico, sem dependências exclusivas perante qualquer país, celebrando-se acordos aptos à manutenção de plúrimos parceiros (União Européia, Países Asiáticos e Nafta, inclusive).

A inexistência de célere formação de bloco monolítico continental, fatalmente, não propiciará meios aptos a elidir a concorrência com mercados altamente competitivos, como *e.g.*, os países asiáticos, a par de impor dependência vital perante países controladores do fornecimento de alta tecnologia, o que imporá inserção continental periférica, no âmbito da globalização, equiparando-nos aos países africanos, fornecedores de *commodities* e produtos primários, dependendo sempre de uma potência mundial, não propiciando escala competitiva, que acelere a distribuição de riqueza aos nossos povos.

Sem prejuízo dos elementos políticos, sociais e culturais, supra-descritos, uma dentre as formas pelas quais a implementação concreta e eficaz de acordos poderá ser operacionalizada, coaduna-se com a existência de mecanismos jurídicos, aptos à solução soberana de conflitos internos, evitando mecanismos de autocomposição desgastantes.

Para tanto, passaremos à análise dos aspectos jurídicos do Mercosul, com sua correlata valoração crítica.

4. O MERCOSUL - (ASPECTOS JURÍDICOS E VALORIZAÇÃO CRÍTICA)

Por proêmio, a *Mens legis* constitucional, já antevendo a necessidade de integração regional, fixou norma programática no art. 4º, parágrafo único do Ordenamento Constitucional vigente, estipulando que, a formação de uma Comunidade Latino-Americana de Nações, é escopo a ser alcançado, no âmbito de nossas relações internacionais.

Não há qualquer dúvida que o Mercosul representa o instrumental necessário à consecução dos objetivos programáticos. No entanto, cabe obtemperar que, a correta implementação das cinco liberdades, já referidas nos itens anteriores, somente ocorrerá, sem desgastes políticos, com a criação de órgãos supranacionais que, com participação eqüitativa dos membros, possam, tecnicamente, solucionar contendas, que já se avolumam, permitindo que os Poderes Políticos se ocupem da coordenação macroeconômica conjunta, sem desgastes contínuos, em conferências que visem a evitar o desmorroneamento do Mercado Comum. Como exemplo, temos a problemática desencadeada pela criação de incentivos fiscais, em nosso país, para a instalação de empresa automobilística no Nordeste, que mereceu pronta reação da República Argentina, forçando negociações presidenciais, visando a adoção de mecanismos de compensação, com aumento de exportação de veículos argentinos para nosso país, e que ainda sequer foi aceita. Caso existisse um Tribunal Supranacional, haveria possibilidade de apreciação da contenda, como já ocorre no âmbito da União Européia, com a possibilidade de fixação de multas compensatórias ao membro prejudicado.

Com efeito, tal entendimento resulta da premissa fática de que o Tratado de Assunção de 16-3-91, publicado no Diário Oficial da União em 22-11-91, fixou em seu art. 1º, alíneas A a D, a livre circulação de bens e serviços com tarifas externas comuns, coordenação de políticas macroeconômicas e de diplomas legais, não regulando a matéria atinente aos litígios provindos da aceleração negocial fixada. O Protocolo de Ouro Preto, adicional

ao Tratado de Assunção, estipulado em dezembro de 1994, robusteceu os preceitos de criação de zona de livre comércio e união aduaneira, sem impor a necessária criação do Tribunal Supranacional.

Nem se argumente que o Conselho Comum do Mercosul (CMC), o Grupo do Mercado Comum (GMC), a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo do Mercosul (FLES), e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM), se erijam a substitutivo eficaz do decantado Tribunal Supranacional. Para tanto, infere-se que o primeiro órgão emite decisões provenientes de Ministros da Economia e Relações Exteriores dos Estados-Partes, o que, à evidência, não abarca solução de conflitos de interesses, no âmbito do Direito Comunitário; já, o segundo órgão, emite resoluções, vinculadas ao Poder Executivo dos Membros.

O terceiro órgão, por sua vez, emite diretrizes atinentes à política comercial, sem regulamentar soluções para as problemáticas concretas correlatas. Os dois órgãos subseqüentes, denotam caráter representativo dos Parlamentos e forças sindicais, ao passo que a Secretaria, por fim, propicia *tout court* base operacional de apoio aos demais órgãos. É curial, destarte, que as fontes jurídicas do Mercosul, a par dos três primeiros órgãos supra-referidos, revelar-se-ão incipientes, frente à pluralidade de problemáticas que advirão, no âmbito do Direito Comunitário, que impossibilitarão resultados, unicamente embasados em autocomposição e negociações diretas (Capítulo II - art. 2º, do Protocolo de Brasília).

Ora, contempla-se que, não resultando eficazes as negociações, o Grupo do Mercado Comum seria assessorado por especialistas (Tribunal *ad-hoc*), formulando *recomendações* aos Estados-Membros, fato que, por óbvio, não se coaduna com o caráter vinculante de *decisum* emanado de Tribunal Supranacional.

Tal desiderato já foi implementado, com êxito, pela União Européia, como, aliás, ressalta o eminente Juiz Luiz Roberto Sabbato, em artigo publicado *in* RT 717/56-61.

Inspirando-se na CECA (Comunidade Européia do Carvão e do Aço), em 1958, o Tratado de Roma implementou o Mercado Comum Europeu, realizando os sonhos de Konrad Adenauer (Alemanha), De Gaulle (França) e De Gasperi (Itália), sendo que o último, à época, já havia falecido. Com a ampliação dos seis membros originários, atualmente a União Européia conta com quinze membros, sendo imprescindível, além do Parlamento e do Conselho Europeus, a existência dos Tribunais em 1ª e 2ª Instâncias, em Luxemburgo, com participação eqüitativa dos Estados-Membros, visando o equilíbrio de força entre os líderes. Certamente, a cidade de Montevideu, denominada a *Bruxelas do Mercosul*, adimpliria o necessário equilíbrio estratégico regional. Os Tribunais referidos, por outro lado, munidos da denominada jurisdição comunitária, a exemplo do ocorrido na Europa, resolveriam de forma técnica questões de esfera constitucional e de pronunciado relevo econômico, gerando segurança aos cidadãos, no pleno exercício das prerrogativas conferidas pelo Direito Comunitário, no âmbito das decantadas cinco liberdades.

Sem a adoção de referidos preceitos, simples mecanismos de autocomposição e negociações políticas diretas, denotarão insuficiência para a correta resolução de pendências que, certamente, avolumar-se-ão.

A par disto, sem que haja abdicação mínima de parcela de soberania judicial absoluta, com a criação dos Tribunais Supranacionais, provavelmente, surgirão interpretações dissonantes do Direito Comunitário, por parte de cada Estado-Membro.

A criação de Tribunais com duas Instâncias respeitaria a tradição de revisão das decisões judiciais por órgão superior, desde que satisfeitos requisitos formais de admissibilidade, que de forma seletiva, propiciariam a uniformização e interpretação do Direito Comunitário e permitiriam amplo controle de seu cumprimento pelos Estados-Membros, com reexame de eventuais práticas comunitárias lesivas. A uniformização, certamente, contaria com o mecanismo do reenvio prejudicial por Juízes nacionais, de matéria que se coaduna com o Direito Comunitário, a exemplo do que já ocorre na Europa, propiciando, por meio de

colaboração mútua, pelo jogo de perguntas e respostas, a aplicação uniforme do Direito Comunitário.

Releve-se, no entanto, que à evidência, tal iniciativa não obstacularia a *fattibilità* de provocação direta por cidadãos comunitários, de definição de regras gerais de seu interesse.

Por derradeiro, visando a sedimentar as regras-bases do Direito Comunitário, exsurge que se torna imperiosa a inserção obrigatória de referida disciplina no *curriculum* das Faculdades de Direito, para que as gerações vindouras absorvam novas idéias, sem riscos de adaptações ditadas por conveniências superficiais. A par disto, a criação recente da Escola de Direito Comunitário poderá propiciar o instrumental necessário para o conhecimento da jurisdição comunitária, e correlata aplicação prática por magistrados dos países-membros.

CONCLUSÃO

Considerando os ideais revolucionários de Bolívar e San Martín, que uniformizaram valores continentais e semearam idéias de integração regional, o Mercosul consubstancia, indubitavelmente, a primeira experiência de integração, que vem obtendo êxito em nosso continente, frente aos desafios da globalização. No entanto, a adoção dos mecanismos, adrede descritos, será primordial para aferir se fruiremos benefícios para nossas sociedades, no próximo século, ou se viveremos na periferia da ordem mundial, contando, tão-somente, com nostalgias históricas frustradas.